UFSM

INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: O ESTUDO DE UMA REALIDADE

ANA JOCEMAR PEREIRA FONSECA

UFSM/CE/NAEES

Santa Maria, RS, Brasil
2005

INCLUSÃO EDUCIONAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: O ESTUDO DE UMA REALIDADE

por

ANA JOCEMAR PEREIRA FONSECA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Psicopedagogia Institucional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em **Psicopedagogia Institucional**.

Santa Maria, RS, Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de Especialização.

INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: O ESTUDO DE UMA REALIDADE

Elaborada por

ANA JOCEMAR PEREIRA FONSECA

Como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Psicopedagogia Institucional.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Andréa Tonini

(Presidente Orientadora)

Professor José Luiz Padilha Damilano

Professora Maria Alcione Munhóz

Santa Maria, Março de 2005.

SUMÁRIO

RESUMO..... v

ABSTRACT..... v

1 INTRODUÇÃO..... 01

1.1 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS..... 01

2 REVISÃO DE LITERATURA..... 03

2.1 O Histórico do Processo da Educação das Pessoas com Deficiência..... 03

2.2 O que é Inclusão?..... 09

2.3 Diferença entre Integração e Inclusão..... 16

2.4 O Currículo de uma Escola Inclusiva..... 20

3 METODOLOGIA..... 27

3.1 Contextualização da Escola..... 27

3.2 Caracterização da Pesquisa..... 31

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 35

5 CONCLUSÕES..... 43

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 47

7 REFERÊNCIAS..... 49

8 ANEXOS..... 50

RESUMO

Monografia de Especialização em
Psicopedagogia Institucional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil
Autora: Ana Jocemar Pereira Fonseca
Orientadora: Andréa Tonini
Data e Local da Defesa: Santa Maria,18 de Março de 2005.

Este trabalho é uma pesquisa do tipo estudo de caso, realizada em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental, localizada na cidade de Caçapava do Sul, RS. Objetivamos analisar como o processo de inclusão é percebido pelos professores. O Referencial Teórico aborda o tema Inclusão, procurando esclarecer as mudanças necessárias no sistema educacional brasileiro, para que esse paradigma – a educação inclusiva, seja uma realidade de fato nas escolas. Faz-se uma diferenciação dos paradigmas da integração e inclusão, termos esses que confundem os elementos inseridos no ambiente educativo, gerando opiniões contraditórias e terminologias confusas. Para elaborar a entrevista realizada com dez (10) professores da Escola Estadual escolhida, o referencial teórico foi tomado como guia. Elaborada a entrevista, os dados foram coletados e analisados em outubro e novembro de 2004. Consta também de uma contextualização da Escola, na qual a pesquisa foi desenvolvida, bem como de uma análise no Projeto Político Pedagógico da escola. A partir da entrevista com os professores, tivemos uma visão clara e atual da percepção dos professores sobre educação inclusiva, do quanto esse assunto ainda precisa ser analisado e discutido nas escolas, por todos os envolvidos, para que seja traçado um novo caminho para a educação brasileira, tendo como objetivo principal a inclusão de todos os alunos, e considerando a diversidade como fator de enriquecimento de qualquer aprendizagem, seja ela formal ou informal.

ABSTRACT

This work is a research of the type case study, accomplished in a State School of Fundamental Teaching, located in the city of Caçapava of the South, RS. We objectified to analyze as the inclusion process it is noticed by the teachers. Theoretical Referencial approaches the theme Inclusion, trying to illuminate the necessary changes in the Brazilian educational system, so that that new paradigm - the inclusive education, be in fact a reality in the schools. He/she makes himself a differentiation of the paradigms of the integration and inclusion, we have those that confuse the elements inserted in the educational atmosphere, generating contradictory opinions and confused terminologies. To elaborate the interview accomplished with ten (10) teachers of the chosen State School the theoretical referencial was taken as guide. Elaborated the interview, the data were collected and analyzed in October and November of 2004. It also consists of a contextualização of the School, in which the research was developed as well as of an analysis in the Pedagogic Political Project of the school. Starting from the interview with the teachers, we had a clear and current vision of the teachers' perception about inclusive education, of the as that subject still needs to be analyzed and discussed in the schools, for everybody involved them, so that a new road is traced for the Brazilian education, and considering as main objective the all the students' inclusion, tends the diversity as enriquecimento factor of any learning, be her formal or informal.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa e Objetivos

Tendo em vista que o tema Inclusão está cotidianamente sendo discutido, não somente no âmbito da educação, mas nos diferentes segmentos da sociedade, realizamos este trabalho que consta de uma análise de como efetivamente se processa a inclusão em escolas onde existem alunos incluídos.

Partindo do princípio que a Escola Estadual escolhida para este estudo tem currículo seriado, com um ensino disciplinar e com avaliações homogêneas, pesquisamos como e se os professores conseguem acolher e respeitar as diferenças, considerando como um elemento de valor positivo fazendo da sala de aula um espaço que responda as necessidades educacionais de todos os alunos.

Optamos por desenvolver o estudo de caso nesta Escola, pois essa tem em seu corpo discente alunos, diagnosticadas por especialistas, uma aluna com paralisia cerebral-cadeirante e outras com necessidades educacionais especiais, tais como: hiperatividade, lesões cerebrais leves, transtornos mentais de ordem psicológicas e, problemas de ordem familiares causados pelo desajuste da estrutura das famílias; bem como a diferença idade série, pois alunos com problemas de indisciplina ou reprovados várias vezes em outras escolas, são transferidos para essa Escola.

Portanto, investigamos se os professores sentem-se preparados para trabalharem com as diferentes necessidades educacionais especiais, levando em conta que inclusão é um processo cheio de imprevistos e que exige o comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo e um aperfeiçoamento constante de todos os professores.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar como ocorre o processo de Inclusão na Escola Estadual escolhida. E, como objetivos específicos: verificar a adequação da Escola quanto ao espaço físico, materiais e profissionais capacitados; verificar como os professores percebem e trabalham com a inclusão; analisar o Projeto Político-Pedagógico a fim de identificar o que a escola propõe para a inclusão escolar; analisar por meio do Referencial Teórico, como o processo de inclusão escolar deve se estruturar para que a inclusão realmente aconteça.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O Histórico do Processo da Educação das Pessoas com Deficiência

Ao longo da história da humanidade podemos identificar diferentes tipos de percepção a respeito das pessoas com necessidades educacionais especiais. De acordo com os diferentes períodos históricos, percebemos atitudes bem diversificadas em relação a essas pessoas, atitudes voltadas para a exclusão, para o assistencialismo e, por fim, para a educação. Apesar da ênfase dada a educação e a reabilitação dessas pessoas, o atendimento prestado a elas, até meados do século XX, estava concentrado em instituições especializadas onde tinham possibilidades de convívio bastante reduzidas com as pessoas sem deficiência. Esse tipo de atendimento segregava e estigmatizava as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência.

O incomum, o inesperado, sempre atraiu atenção, não só da ciência, como dos homens em geral, muitas vezes, despertando o medo e o espanto. De acordo com Stainback e Stainback (1999), “o comportamento dos indivíduos que apresentavam alguma anomalia, representou por vários momentos da história da humanidade uma condição de subalternidade de direitos e de funções sociais, desde a seleção natural biológica dos espartanos (século VIII ao VI a.C.), até a seleção social e cultural do mundo contemporâneo”.

Há relatos sobre cegos, sobre surdos, doentes mentais e outros tipos de transtornos, quer seja na história, quer mais especificamente na medicina, os quais se ocuparam durante muitos anos de tentar entender e atender essas denominadas exceções de anormalidades e/ou até aberrações. A maioria desses casos era tratada de forma a ficar fora do convívio social, quer seja encerrado em casa, no caso até escondidos pelos familiares e às vezes pelas autoridades, quer seja em algum lugar que especificamente tratava deles. Havia algumas exceções em termos de tratamentos, realizados pelos que tinham condições mais abastadas.

Em termos de evolução histórica, Correia (1997) nos chama a atenção de que na época dos gregos e dos romanos século XV a III aC, era evidente a idéia e a atuação em termos de exclusão dos diferentes, afastando-os e escondendo-os como diversos do normal, do esperado pela sociedade, que atendia a severos padrões sociais, nos quais a beleza, a estética, a inteligência e outros elementos eram tidos como os mais relevantes, não permitindo o diverso, os diferentes padrões de referência.

Na Idade Média seguem essas maneiras de tentar sempre manter padrões, agora muito mais em um sentido ético, moral e intelectual, acrescidos da idéia vigente da Igreja Católica, de punição ou condenação daqueles que não se atinham a esses padrões. Ter um filho “excepcional” [1], era considerado uma espécie de amaldiçoamento, algumas vezes ligado a algo até diabólico, assim como eram considerados as pessoas canhotas, denominadas de sinistras, como o nome pode lembrar. No período da inquisição esse simples fato podia levar as pessoas a serem executadas na forca ou, mais ainda, serem queimadas vivas, em exposição à sociedade.

Essa realidade é demonstrativa dos valores e controles sociais. De acordo com Fonseca (1995), todo o estigma traduz um conjunto de valores e de atitudes dependentes do envolvimento cultural em que o indivíduo se encontra, levando a compreender que as variações entre as pessoas são universais, porém a sociedade determina a amplitude ou restrições do valor pessoal dos indivíduos.

1. Termo atribuído na época para denominar as pessoas com algum tipo de deficiência

A educação das pessoas com deficiência têm seu marco na virada do século XVIII para o século XIX, quando uma criança/menino com 12 (doze) a 15 (quinze) anos e com hábitos selvagens foi encontrado no sul da França na floresta de La Laune, recebendo o nome mais tarde de Victor.

O menino foi colocado sob a custódia do Dr. Jean Itard, que empenhou-se em sua educação, tendo como referência a conceituação de Jonh Locke, segundo a qual a mente humana é uma tabula rasa, na qual se inscreve a experiência. Acreditou, Itard que proporcionando ao menino selvagem um conjunto de experiências enriquecidas, era possível transformá-lo num ser humano com hábitos sociais e não selvagens. Após cinco anos de trabalho intensivo, Itard encerrou o primeiro projeto educacional de reabilitação de um indivíduo mentalmente deficiente e mesmo sem sucesso inspirou seu discípulo Edouard Seguin a prosseguir o trabalho, fundando a primeira escola bem sucedida de educação especial para deficientes mentais, em Paris em 1837.

As primeiras escolas foram organizadas com o objetivo de superar amplamente, senão mesmo de curar, o retardo mental, passando a deficiência a ser objeto de estudo da medicina, para que o indivíduo pudesse ser restituído à comunidade com capacidade de vida independente. Entretanto, esse objetivo não se materializou, permanecendo as pessoas deficientes por muito tempo nas instituições ou pela vida inteira. Assim, o conceito das instituições como escolas foi amplamente abandonada. Paralelamente, a filosofia do Darwinismo social foi extensivamente divulgada e popularizada, sustentando que as evoluções da ordem e das instituições sociais eram determinadas por leis intrínsecas da natureza humana. Essa concepção volta a reforçar a segregação, dando aos indivíduos o estigma de incapacidade, irrecuperabilidade.

Chaves apud Stainback e Stainback (1999), destaca que as classes especiais não surgiram por razões humanitárias, mas por que as crianças eram indesejadas na sala de aula da escola pública regular. Portanto, as escolas de educação especial surgem como uma forma de possibilidade para melhorar o atendimento aos alunos com necessidades de intervenção educativa especializada.

Tais escolas teriam possibilidades de oferecer ensino, professores e recursos específicos que auxiliariam o desempenho destes alunos.

Tal concepção tem como base o principio de que os transtornos eram problemas inerentes ao indivíduo, necessitando de um atendimento especializado, pois as possibilidades de uma intervenção educativa e mudanças no comportamento dos sujeitos eram mínimos, sendo necessário escolas e centros mais especializados. Um exaustivo diagnóstico do transtorno, ajudaria a delimitar os diferentes níveis de deficiência e determinariam o atendimento escolar mais adequado aos alunos. Justificando a necessidade cada vez maior de criar-se classes e escolas específicas para alunos com deficiência, reforçando uma política de isolamento na tentativa de possibilitar uma atenção educativa mais especializada.

Nas décadas de 50 e 60 no Brasil, as classes especiais nas escolas públicas foi o serviço educacional oferecido para a maioria dos alunos com deficiência, embora nessa época tenha se iniciado importantes mudanças em nível de atitudes da população em relação a educação especial.

Os pais de alunos com deficiência fundaram organizações e iniciaram ações legais para reivindicar a educação de seus filhos em ambientes escolares mais normalizados[2] a partir das decisões dos tribunais da Pensilvânia, por meio da Pennsylvania Association for Retarded Children, em 1971/1972. De acordo Stainback e Stainback, (1999) estabelecem-se o direito de todas as crianças portadoras de deficiência à educação pública gratuita em ambiente menos restritivo possível, sendo esse o significado do termo normalização.

A integração como filosofia educacional exigia novas alternativas, mudanças de sistema de ensino, avaliação, programas e atividades, sendo necessário conhecer as causas geradoras dos problemas apresentados pelas crianças, e qual a influência da família e do ambiente social. A escola deveria compreender este contexto para determinar forma mais adequada do tipo de ensino e de que recursos necessitariam para conseguir melhorar a educação.

---

2 Essa época começou a ser considerada como “integração”.

Trata-se de uma concepção de integração parcial, uma vez que preve serviços segregados como a classe especial. Muitos alunos que se encontravam em determinados níveis tinham poucas possibilidades de deslocar-se para os níveis menos segregativos.

O conceito de integração não era algo rígido e estático, era um processo que apresenta distintas formas e possibilidades, ampliando cada vez mais as condições de atendimento adequados a todos os indivíduos. Nas últimas décadas do século XX, cresceram os movimentos em defesa ao direito de pessoas com deficiências graves de serem atendidas em lugares menos segregados.

Stainback e Stainback (1999, p. 40) dizem que:

> (…), várias pessoas, (…) começaram a defender a educação de alunos com deficiências importantes nas escolas de bairros. (...). Associação para pessoas com Deficiências Graves (The Association for Persons with Severe Handicaps – TASH) (...) a sociedade para crianças e adultos Autistas adotaram resoluções similares, reivindicando o término dos locais segregados.

Diferentes formas de integração foram experimentadas durante a década de 80, ao mesmo tempo se detectaram problemas, tais como o ritmo pessoal, a necessidade de levar em conta o tempo, a aceitação da comunidade escolar.

Depois da década de 80, a temática da integração em alguns países não seguiu tranqüila, dando passagem à chamada “inclusão”, mesmo que não tenha esgotado completamente o mérito e sentido da integração.

Destaca Sassaki (1997), de forma oportuna e polêmica, que a sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais.

Salienta que iniciou praticando a “exclusão social”, como já apontamos, passou pelo “atendimento segregado dentro de instituições”, admitiu a “integração social” e, finalmente, se inclina pela “inclusão social”. Refere que o movimento de inclusão social iniciou, incipientemente, na segunda metade da

década de 80, nos países mais desenvolvidos, tomando mais impulso na década de 90. Prevê o autor que ela vai se desenvolver nos primeiros dez anos do século XXI, abrangendo o mundo todo.

Sassaki (1997, p. 17) aponta alguns princípios abrangentes de uma sociedade para todos: “celebração das diferenças; direito de pertencer; valorização da diversidade humana; solidariedade humanitária; igual importância das minorias; e cidadania com qualidade de vida”.

O mesmo autor faz um histórico da sua aproximação ao termo e ao sentido de inclusão e assinala que, na bibliografia brasileira, há livros que são claramente inclusivistas, bem como houve uma série de conferências, na década de 90, as quais anunciavam o sentido de inclusão. Sassaki (1997, p. 41) conceitua inclusão social como:

> (...) o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral, no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar e equiparação de oportunidades para todos.

Um dos fatos relevantes da última década do Século XX foi a Declaração de Salamanca, (1994), adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: acesso e qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. A partir desse encontro, a UNESCO registrou o conceito de inclusão no campo da educação comum, afirmando a terminologia *classe inclusiva, escola inclusiva, políticas educacionais inclusivas, inclusão na educação e no emprego*, entre outras.

Atualmente, pensa-se diferentemente sobre as necessidades educacionais especiais.

A ruptura com a ideologia da exclusão proporcionou a implantação da política de inclusão, que vem sendo debatida e praticada em vários países, entre eles o Brasil. Hoje, a legislação brasileira prevê o atendimento dos alunos com

necessidades especiais, preferencialmente, em classes comuns das escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino. Mas, em termos de políticas públicas ainda há muito o que se fazer.

Mantoan (2003 B, p. 33) coloca que: “Temos, então, de reconhecer as diferentes culturas, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais e afetivas, enfim, precisamos construir uma nova ética escolar, que advém de uma consciência ao mesmo tempo individual, social e, por que não planetária.”

A base do paradigma de Inclusão está na crença de que a diversidade é parte da natureza humana, a diferença não é um problema, mas uma riqueza. Uma sociedade para todos, uma escola democrática e para todos,é, antes de tudo, uma questão de ética e cidadania.

2.2. O Que é Inclusão?

No momento atual, quando entendemos que estamos na era dos direitos humanos, pensa-se diretamente acerca das pessoas com necessidades especiais. A ruptura com a ideologia da exclusão visa a implementação de uma política de inclusão, que vem sendo debatida em vários países, entre eles o Brasil.

Por inclusão entende-se a participação, o aceite das pessoas com suas limitações sem distinção entre as demais, isto é, em termos educacionais desde o início da escolarização ela é incluída no sistema educacional regular.

Assim, pessoas com diferentes características e habilidades devem ser acolhidas com naturalidade na escola e também na sociedade.

Essas idéias são confirmadas por Florian apud Rodrigues (2001, p.81): “A inclusão refere-se à oportunidade que pessoas com deficiências têm de participar plenamente nas atividades educacionais, comunitárias ou domésticas que são específicas do quotidiano social”

A Declaração de Salamanca (1994, p. 11) apresentou o conceito de escola inclusiva como sendo,

> O lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todas através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades.

A meta para este século, em termos de educação, é incluir na escola regular alunos com necessidades especiais, pois assim haverá inclusão social.

A inclusão escolar provoca uma mudança de atitude diante do outro, condição essencial para a constituição como pessoa e como profissional. Incluir todas as crianças na escola extrapola a simples inovação educacional e implica no reconhecimento de que o outro é sempre diferente e que essas diferenças impulsionam o processo educacional.

O desafio da educação inclusiva é enorme, tendo em vista que maximizar o potencial de aprendizagem e de adaptabilidade de todos os alunos sem exceção, e encontrar o lugar mais produtivo e de maior viabilidade assistencial não são tarefas simples.

Inclusão reflete na reestruturação total das escolas, é preciso transformar qualitativamente o processo de ensino-aprendizagem. Portanto, a escola deve transformar-se numa comunidade aberta, colaboradora e

estimulante onde os alunos sejam valorizados nas suas competências, desenvolvimento de valores inclusivos compartilhados por todos.

Conforme relata Fonseca (2003 p. 46); “Numa sociedade inclusiva não há lugar para uma escola que produz insucesso escolar, fracasso emocional, sentimento de incompetência, potencial de inabilidade social, sociopatias várias, exclusões sociais chocantes”.

Há grande preocupação em incluir os “diferentes” no sistema regular de ensino, enquanto aqueles que são vistos como “normais” não são compreendidos em suas particularidades, podendo gerar um sentimento de exclusão, gerando, entre outras conseqüências, a evasão escolar ou a multi-repetência.

Valorizar as peculiaridades de cada aluno, atender a todos na escola, incorporar a diversidade, sem tolerar qualquer tipo de distinção, são tarefas da escola atual.

Nesse processo, a escola busca adaptar-se às necessidades educacionais dos seus alunos por meio de uma educação de qualidade para todos, Michell e Fischer (2004, p. 04) falam da diversidade como um dos compromissos com a qualidade:

> Segundo este viés, compreende-se que quando falamos sobre educação inclusiva não especificamente a quem, mas apregoamos uma educação de qualidade, comprometida com cada sujeito, de modo que não se segregue sob nenhum pretexto ou razão. Há diversidade sim, mas precisamos olhá-la sobre outro prisma. É a diversidade que conduz o processo ensino-aprendizagem. São as opiniões e as divergências que impulsionam as reflexões que nos fazem crescer e amadurecer como pessoa.

Falar em educação e diferença, implica formar e modificar comportamentos, tendo como método medir os resultados que obtém em diversas áreas consideradas de interesse conforme as culturas, potencializando competências da pessoa, incluindo-a em um membro ativo da sociedade e permitindo-lhe poder vivenciar experiências gratificantes.

As discussões sobre o valor da diferença são um campo aberto na sociedade de hoje. Se numa perspectiva cultural, sociológica, antropológica, criativa e biológica, essa diferença é encarada como positiva, numa outra visão, há uma enorme massificação e uniformização de gostos, de valores, de modos, de normas de comportamento pessoal e social.

Conforme relata Nirjke apud Rodrigues (2001, p. 23):

> Um dos movimentos contemporâneos mais profícuos sobre a diferença e a deficiência é o da normalização. Nesta perspectiva normalizar não é tornar normal, mas sim proporcionar às pessoas com necessidades educacionais especiais as condições de desenvolvimento, de integração, de educação, de emprego e de experiência social em tudo semelhantes às que essas pessoas teriam se não tivessem sofrido uma condição de deficiência.

Recentemente, tem sido proposta a mudança do conceito de normalização pelo conceito de valorização da função social. Essa perspectiva procura valorizar a diferenciação em termos de papéis sociais em vez de tomar como referencia o conceito de normal ou uma idéia abstrata de comunidade. Tornar as pessoas com necessidades especiais parte da comunidade é só um primeiro passo, porque ser parte da comunidade significa fazer parte de sua estrutura e desempenhar um papel social; o verdadeiro desafio a atingir é que as pessoas com necessidades especiais desempenhem funções sociais válidas e valorizadas.

A revelação da diferença como aceitável e positiva tem inegáveis conseqüências no entendimento educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais; encoraja a considerar essas pessoas com história de vida que não pode ser ignorada ou menosprezadas quando se busca uma intervenção.

Para que a inclusão aconteça realmente é importante haver maturidade do profissional na busca de um trabalho efetivo, de uma vivência para a construção do conhecimento, com capacidade de desenvolver recursos próprios para lidar com a possibilidade de sucesso e insucesso; Segundo

Fabrício e Souza (2004), “É necessário que haja uma atitude ética que proporcione o compromisso técnico-científico com a aprendizagem, com a formação, com a qualidade na aprendizagem”.

É fundamental promover uma formação permanente, que independe da escola, mas que pode ser propiciada por ela, num trabalho coletivo, de pesquisa, elaboração de projetos, reflexão e renovação da prática pedagógica.

Camacho (2003, p.11) diz: “Assumir a diversidade implica uma virada profunda nos modos convencionais de pensar e atuar, de fazer educação, política e reforma educativa”.

Em termos de educação, se fazem necessárias modificações na instituição educativa, prevendo Projetos Políticos-Pedagógicos flexíveis nas estruturas educativas.

Em relação à escola Mantoan (2003, B p. 15) comenta que:

> A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola passa a fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.

A inclusão vem desestabilizar o atual sistema educacional, e é preciso que se dê novos rumos para a educação escolar, pois o conhecimento – elemento principal da educação escolar está passando por uma reinterpretação, levando em conta que a diversidade está cada vez mais destacada e é condição essencial para entendermos

Coloca-nos Mantoan (2003 B, p. 51):

> Mas como não há mal que sempre dure, o desafio da inclusão está desestabilizando as cabeças dos que sempre defenderam a seleção, a dicotomização do ensino nas modalidades especial e regular, as especializações e os especialistas, o poder das avaliações e da visão clínica do ensino e da aprendizagem. E como não há bem que sempre ature, está sendo difícil manter resguardados e imunes às mudanças todas aquelas que colocam

> exclusivamente nos ombros dos alunos a incapacidade de aprender.

Por meio da educação inclusiva, busca-se uma escola de qualidade, capaz de formar espaços educativos abertos à construção de pessoas críticas que saibam valorizar a diferença pela convivência com os outros, pelos exemplos, pelo clima de amizade, sem competições.

Cavalcante (2004, p. 32):

> A sociedade brasileira ainda engatinha no que se refere à inclusão. Devido à falta de informação e ao preconceito, todos os envolvidos passam por dificuldades. O deficiente sente-se excluído porque o tratam como incapaz. Os pais, por sua vez, infantilizam ou superprotegem os filhos. E o professor que recebe um aluno com esse histórico teme fracassar na tentativa de integrá-lo à sociedade, principalmente se não tiver orientação sistematizada.

Incluir visa principalmente melhorar as condições da escola, para que essa possa formar gerações mais preparadas para conviver socialmente e principalmente agir e transformar as suas vidas na plenitude, livremente, sem preconceitos e sem barreiras. No processo de inclusão os professores terão de aperfeiçoarem suas práticas, num esforço pela modernização e reestruturação de suas condições atuais, respondendo às necessidades de cada um de seus alunos, em suas especificidades.

O que se nota que a inclusão nas salas de aula é uma atitude muito complexa e urgente, e não se trata apenas de se preocupar com a inclusão dos alunos deficientes, mas sim de todos, levando-se em conta que a escola é o reflexo da sociedade, com suas deficiências sociais, econômicas e políticas.

Sassaki (1997, p. 123) coloca que: “A educação inclusiva representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que o ‘pertencer’ é um direito, não um status privilegiado que deva ser conquistado.”

Para que a inclusão aconteça, é necessário a preparação dos profissionais, não só os que estarão diretamente ligados a esse novo alunado das escolas regulares, mas todos os profissionais da escola, além, da

comunidade. Ao professor é inevitável que esteja preparado para receber seu novo aluno, para que a inclusão não seja somente física, mas que haja uma aprendizagem significativa para todos os alunos. Para que isso aconteça precisa-se saber o que o professor pensa, suas expectativas, suas ansiedades em relação ao diferente, é preciso saber, também, o que ele necessita e o que ele almeja. A representação que o professor faz de seu aluno é importante, ela definirá a forma das relações entre eles e dará sentido às experiências a serem vivenciadas.

Para Mantoan (2003B, p.55/56): “Infelizmente, não estamos caminhando decisivamente na direção da inclusão, seja por falta de políticas públicas de educação apontadas para estes novos rumos, seja por outros motivos menos abrangentes, mas relevantes, como pressões corporativas, ignorância dos pais, acomodação dos professores”.

Inclusão implica que as escolas assumam que o fracasso escolar dos alunos não são apenas deles, mas resultado de um ensino ministrado e como a aprendizagem é concebida e avaliada.

Stainback S. e Stainback W. (1999, p. 250) comentam que;

> A principal razão para a inclusão não é que os alunos previamente excluídos estarão necessariamente se tornando proficientes em socialização, história ou matemática, embora seja óbvio que nas turmas inclusivas há mais oportunidades para todos crescerem e aprenderem. Ao contrário, a inclusão de todos os alunos ensina ao aluno portador de deficiências e seus colegas que todas as pessoas são membros igualmente valorizados da sociedade, e que vale a pena fazer tudo o que for possível para poder incluir todos na nossa sociedade.

Como declarou Forest apud Stainback & Stainback (1999, p. 250), “Se realmente queremos que alguém faça parte de nossas vidas, faremos o que for preciso para receber bem essa pessoa e acomodar suas necessidades”.

Os professores quando tem que romper o esquema de trabalho prático que aplicam em suas salas de aula, a inclusão é inicialmente rejeitada,

pois abala a identidade profissional, atentando contra a experiência, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquiri-los.

Essas idéias são reforçadas por Mantoan (2003B, p. 87):

> Se um aluno não vai bem, seja ele uma pessoa com ou sem deficiência, o problema precisa ser analisado com relação ao ensino que está sendo ministrado para todos os demais da turma. Ele é indicador importante da qualidade de trabalho pedagógico, porque o fato de a maioria dos alunos estar se saindo bem, não significa que o ensino ministrado atenda às necessidades e possibilidades de todos.

A educação tem hoje um grande desafio, garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os alunos. Verifica-se a necessidade de reestruturar e organizar os sistemas de ensino, para dar respostas as necessidades educacionais de todos os alunos.

2.3. Diferenças Entre Integração e Inclusão

A Integração pressupõe que as pessoas deficientes mudem, se adaptem a escola e a sociedade. Implica num esforço unilateral das pessoas excluídas para fazerem parte da sociedade.

Na Inclusão o esforço passa a ser bilateral, onde a sociedade adapta seus sistemas comuns e as pessoas excluídas preparam-se melhor para exercerem seus papéis de maneira mais satisfatória para si e para todos.

Para Mantoan (2003B, p. 21), “Os dois vocábulos ‘integração’ e ‘inclusão’ – conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teóricos-metodológicos divergentes”.

A integração entende-se todas as possibilidades educacionais que o aluno tem acesso e vai da inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais.

Reforça a autora, Mantoan (2003B, p 22-23), dizendo que:

> O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar - da classe regular ao ensino especial – em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados.

A integração pressupõe que nem todos os alunos têm capacidades para freqüentar as turmas regulares, é preciso haver uma seleção prévia determinando assim os que estão aptos à integração nas escolas regulares.

Diz Mantoan (2003B, p 23) “a integração escolar pode ser entendida como o ‘especial na educação’, ou seja, a justaposição do ensino especial ao regular, ocasionando um inchaço desta modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas regulares”.

A inclusão é incompatível com a integração, pois prevê uma mudança nos paradigmas da educação de forma radical, completa e sistemática, onde todos os alunos, sem qualquer exceção, devem freqüentar as salas de aula do ensino regular. As escolas inclusivas buscam um projeto político-pedagógico que leve em conta toda a organização do sistema educacional, sendo estruturado em função das necessidades de todos os alunos.

A inclusão propõe que todos devem participar da vida escolar, em escolas e classes regulares, sendo que o trabalho pedagógico deve servir a

todos. Na escola inclusiva os professores precisam estar preparados para atender as diferenças individuais, respeitando as necessidades e dificuldades do aluno. Nesta visão de escola, o professor deve ter a sua formação centrada no aluno.

De acordo com Mantoan (2003B, p. 32);

> Por tudo isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

Na inclusão a diferença é referência, como parâmetros, onde a igualdade não é a normalidade. Contraria a perspectiva da escola que se baseia na igualdade, vê na diferença condições de reconhecê-la e valorizá-la.

A escola que faz a integração, embora diferente da escola tradicional em relação à diferença, mas não alcança o objetivo da inclusão que visa que a escola trabalhe com todos os tipos de deficiência. A escola integrativa teria se preocupado com a intervenção com o aluno e não sobre o sistema escolar, é preciso mudar o conceito homogeneizador da escola tradicional.

Na escola tradicional a diferença é prescrita para a escola especial. A escola integrativa procura responder a diferença desde que legitimada por um parecer médico – psicológico – deficiência no sentido tradicional. A escola inclusiva procura responder, de forma apropriada e com alta qualidade, à diferença em todas as formas que ela possa assumir.

Mantoan (2003A, p. 33), salienta que:

> “É impossível saber, de antemão, como e quando alguém será capaz de aprender e chegar a ser um pensador, um artista, um profissional, um artesão, um trabalhador, enfim qualquer tipo. Nem a partir de que encontros com o outro e com a vida, com os fatos, põe alguém a pensar, a distinguir, a definir um caminho para a sua existência”.

Os alunos com dificuldades e incapacidades reais ou circunstanciais, físicas, intelectuais ou sociais, tem a mesma necessidade de serem aceitos, compreendidos e respeitados em seus diferentes estilos e maneiras de aprender, quanto ao tempo, interesse e possibilidades de ampliar e de aprofundar conhecimentos, em qualquer nível escolar.

Diferentes sujeitos tem níveis de compreensão, amplitude e profundidade do conhecimento diferenciado e isto é inegável. As escolas tradicionais acreditam nessa homogeneização, e se, empenham a todo custo para consegui-la.

Relata Mantoan (2003A, p.37):

> O especial da Educação tem a ver com a inclusão total, incondicional de todos os alunos às escolas de seu bairro e ultrapassa o grupo dos alunos com deficiência, englobando-os, certamente. O especial da Educação não diz respeito apenas à inserção de alunos com deficiência, mas é condição para se reverter a situação vergonhosa da escola brasileira, marcada pelo fracasso e pela evasão de parte significativa de alunos.

Certamente os alunos com deficiência são motivos de preocupações para os professores inclusivos, mas os alunos que não vão bem na escola a maioria não vem do ensino especial, mas que talvez acabem nele.

Atualmente pensa-se diferentemente sobre as necessidades educacionais especiais, a ruptura com a ideologia da exclusão proporcionou a implantação da política de inclusão. E falar sobre inclusão, implica falar em incluir onde, pois a escola tem excluído de seu espaço todos aqueles considerados diferentes.

2.4. O Currículo de uma Escola Inclusiva

O projeto político-pedagógico de cada escola, que se faz inclusiva, deverá atender ao principio de flexibilidade em seu currículo, respeitando seu caminhar próprio e favorecendo seu progresso escolar. Trata-se de romper a cultura (pré) determinada da escola, ressignificando suas práticas.

De acordo com Marchesi, (2001, p.102) "É preciso que exista um currículo comum para todos os alunos que devem ser posteriormente adequados ao contexto social e cultural de cada Centro Pedagógico e às diferentes necessidades dos seus alunos".

Na elaboração dos currículos a educação para a diversidade é fonte de enriquecimento mútuo, de intercambio de experiências, que permite aos alunos conhecer outras maneiras de ser e de viver, desenvolvendo atitudes de respeito e tolerância.

De acordo com Rodrigues (2001, p. 29) diz:

> Entendemos por currículo, em sentido lato, todo o conjunto de experiências planejadas proporcionadas a um indivíduo ou grupo, tanto em atividades acadêmicas como noutros contextos habilitativos, como vista a melhorar a sua inclusão social e a sua qualidade de vida. A latitude desta concepção – em sintonia com as concepções mais atuais – remete o currículo para a resultante de um conjunto de valores, conhecimentos, atitudes, opções e práticas sobre a educação, a diferença e o processo de habilitação.

A construção de um currículo deve sintetizar, organizar e distribuir no tempo, todo o conjunto de situações e oportunidades proporcionadas pelos agentes habilitativos da educação da criança.

A diferenciação curricular ou adaptação curricular, é um dos principais aspectos de inclusão na educação de alunos com necessidades educacionais especiais. A polêmica é se deve haver objetivos mínimos que todos os alunos devem alcançar.

A diferenciação encontra-se no cerne da discussão sobre o caráter inclusivo da escola e, sobretudo, dos critérios sob os quais vai ser organizada a inclusão.

Para que uma educação inclusiva seja desenvolvida com êxito é necessário uma reforma total da escola, atuando na área curricular, na área da organização acadêmica da escola, nos métodos de ensino, no desenvolvimento profissional dos professores, no envolvimento dos pais e na aquisição e utilização de recursos.

Levar em consideração as diferenças individuais, buscando uma educação adaptada às suas possibilidades é essencial no processo ensino/aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais.

Segundo Marchesi, (2001, p.99) “A ênfase principal tem de ser colocada na proposta curricular que se implementa e nas iniciativas que se proponham fazer para melhorar o funcionamento da instituição escolar, o que se irá repercutir favoravelmente nas condições específicas em que aprende cada aluno”.

Quando se fala em educação inclusiva, considera-se as diferenças individuais de cada aluno, para isso, a escola deverá desenvolver uma pedagogia capaz de beneficiar a todos, uma pedagogia centrada no aluno, que irá possibilitar educar com sucesso, todos os alunos num único ensino, mas valorizando e respeitando as diferenças.

Atender às diferenças, atender às necessidades especiais, ressignificar, mudar o olhar da escola, pensando não a adaptação do aluno, mas a adaptação do contexto escolar aos alunos. Isso significa torná-lo múltiplo, rico de experiências e possibilidades pronto para viver, conviver com o diferente, rompendo barreiras humanas e arquitetônicas, criando novos conceitos, dando novos sentidos, ressignificando a aprendizagem e, conseqüentemente, o desenvolvimento humano.

Segundo Jesus et al (2003, p. 70),

> Um currículo inclusivo baseia-se no princípio de que as boas práticas são apropriadas a todos os alunos, de forma a conseguir-se uma aprendizagem significativa para cada aluno. Desta forma, é indispensável que o docente possua conhecimentos que lhe permitam ensinar, na mesma classe, alunos com capacidades diferentes e com níveis diferenciados de conhecimentos prévios.

Levando em conta, que os alunos do ensino fundamental estão organizados por séries, e os currículos fragmentado em disciplinas, sendo os conteúdos selecionados e seqüenciados por alguém que detém o saber, e que algumas disciplinas são elegidas mais importantes que outras, percebemos o impacto que a inclusão causa nas escolas, especialmente quando incluir é não deixar ninguém fora da escola regular, fazendo com que todos aprendam sem distinção.

Há necessidade de se pensar e refletir no cotidiano, o que podemos fazer mediante as necessidades dos alunos e que estas tem de ser consideradas e trabalhadas a partir da observação de todos os aspectos do desenvolvimento do mesmo. Salienta-se a importância de se trabalhar com grupos heterogêneos, na diversidade, aproveitando e valorizando as potencialidades de cada um, lembrando que a educação inclusiva é para todos e não se restringe a inclusão de alunos com deficiência.

A educação inclusiva, em vez de focalizar a deficiência, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e as condições de aprendizagem. O professor é o profissional da aprendizagem – alguém que aprende quando ensina, porque pode observar o processo de desenvolvimento de seus alunos, sempre desejosos de aprender.

Nessa dimensão, os problemas não estão no aluno, mas no tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola possa propiciar, que venham ao encontro da deficiência, que minimizem a incapacidade, caso ela exista, e que não coloquem o aluno em desvantagem. Não é o aluno que se adapta a escola, aos padrões esperados, para ser aceito como aprendente, porque ele já o é.

Conforme Hegarty apud Rodrigues (2001, p. 82),

> Proporcionar uma educação satisfatória para alunos com necessidades educativas especiais em escolas regulares implica esforços coordenados de toda a escola. É por isso que falamos em reforma global da escola. As mudanças a fazer não são simples cosméticas à escola. A necessidade que existe é a de uma reforma global e abrangente que proporcione a emergência de novas escolas que incluirão e que educarão bem não só os alunos que se encontram atualmente excluídos, mas também os muitos alunos que freqüentam a escola regular e nela recebem uma educação de má qualidade.

A busca por escolas inclusivas não é resultado de um esforço individual dos professores ou da comunidade educativa de uma escola, mas sim, a união de um vasto conjunto de condições que tornam possível que todos os alunos que tem problemas graves de aprendizagem encontrem uma resposta educativa satisfatória nas escolas regulares.

Relata Mantoan (2003A, p. 30), “A abertura das escolas às diferenças tem a ver com uma revolução nos processos de ensino e de aprendizagem, pois o que se propõe é o rompimento das fronteiras entre as disciplinas, ou melhor, entre o saber e a realidade”.

As escolas tradicionais não apresentam as condições necessárias para desenvolverem uma educação aberta às diferenças. Tem suas expectativas centradas na instrução e reprodução de conteúdos curriculares.

Um projeto curricular inclusivo implica em mudanças nas propostas educacionais da maioria das escolas, pois propostas educacionais que visem uma concepção inclusiva refletem o meio físico, social e cultural no qual a escola esta inserida e são elaboradas a partir do conhecimento das características desse meio.

Mantoan coloca (2003A, p. 31), “Ninguém se arrisca a acolher a idéia de ministrar um ensino inclusivo em uma sala de aula das cadeiras enfileiradas, livro didático aberto na mesma página, uma só tarefa na lousa e uma só resposta válida e esperada nas provas”.

Na concepção tradicional, existe a competição entre os alunos e o medo de errar impede alunos e professores de observar as diferenças e vê-las como condições necessárias para haver conhecimento e aprendizagens. A cooperação cria laços entre os alunos e propicia a interações que estimulam os menos habilitados, e é normal que o aluno seja monitorado por outro colega que tem mais facilidade.

Uma das reações mais freqüentes dos professores do ensino regular é afirmarem não estar preparados para enfrentar as diferenças. Essas preocupações surgem frente o medo de enfrentar o novo.

O professor é considerado o recurso principal para o ensino de alunos que apresentam alguma necessidade educacional especial. Isto pressupõe um esforço permanente para melhorar a sua competência profissional e desenvolver as suas habilidades didáticas. Este reconhecimento da importância da formação do professor completa-se com uma maior reflexão sobre como pode ser enriquecido o currículo, como adaptar o ensino à diversidade dos alunos e como favorecer a aprendizagem cooperativa.

As atitudes dos professores podem ser barreiras para a inclusão. Para Carvalho (2000), a realidade em nossas escolas tem se mostrado muito contraditória a esse respeito, porque, ao lado de muitos educadores que se mostram receptivos e interessados na presença de alunos com deficiência em sua sala, há os que a temem, outros que a tolerem e muitos que a rejeitam. Os que temem afirmam sentir-se despreparados para lidar com as dificuldades de aprendizagem. Muitos, impregnados pelo modelo médico, sugerem a ação de especialistas, supostamente os mais indicados para atender a alunos com deficiências. Os que toleram em geral, cumprem ordens superiores e transformam a presença do aluno em algo penoso, que pode ficar mais segregado ou excluído do que se estivesse em espaços especiais. Os que rejeitam alunos com deficiência em suas turmas defendem-se, afirmando que em seus cursos de formação não foram preparados e que não dão conta nem dos alunos ditos normais. Soma-se a isso uma série de descontentamentos com a situação do magistério.

O respeito e a tolerância devem fazer parte da prática dos professores, mas são sentimentos que surgem somente quando entende-se que o normal é ser diferente. Guimarães (2003, p 43) ainda ressalta:

> [...] cada vez mais professores estão percebendo que as diferenças não só devem ser aceitas, mas também acolhidas como subsidio para montar (ou completar) o cenário escolar. E não se trata apenas de admitir a matrícula desses meninos e meninas – isso nada mais é do que cumprir a lei. O que realmente vale (e, felizmente, muitos estão fazendo) é oferecer serviços complementares, adotar práticas criativas na sala de aula, adaptar o projeto pedagógico, rever posturas e construir uma nova filosofia educativa.

O papel da inclusão está além de aceitar as diferenças, ele tem início numa tomada de consciência por parte daquele que está mais próximo dos alunos ou crianças: o professor, independente da faixa etária em que trabalha. Este, precisa buscar algum referencial que o faça compreender a inclusão na sua complexidade.

Para que se produzam práticas inclusivas, é condição necessária a formação dos professores e o desenvolvimento profissional, pois o professor que não se sente competente para facilitar a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, terá tendência à atitudes negativas e menor interação e atenção a estes alunos; o aluno não terá auto-estima para resolver tarefas, reforçando a expectativa negativa do professor.

A prática educativa do professor deve partir da compreensão de como os alunos aprendem e qual a melhor forma para que o processo de ensino/aprendizagem aconteça, levando em conta especialmente as características dos alunos com problemas de aprendizagem, pois na maioria, trata-se de alunos com maiores dificuldades para organizarem os seus conhecimentos, para ativar os seus esquemas, para comunicar com seus colegas e professores às suas aprendizagem.

Relata Warwick (2001, p. 121)

> É de vital importância para o desenvolvimento de um sistema inclusivo que os serviços de apoio dêem pelo

> menos igual ênfase ao desenvolvimento das capacidades do professor como dão ao desenvolvimento do conhecimento e aptidões do aluno. Um sistema inclusivo só se desenvolve se esta metodologia de intervenção com o professor e o aluno for usado.

Ao se pensar, em uma concepção inclusiva, é preciso que exista uma formação continuada dos professores, tempo de estudo garantido nas escolas. Tempo para troca de experiências, atualizar conhecimentos, esclarecer situações de sala de aula e delinear teorias próprias para explicar como ensinam e como as crianças aprendem em suas escolas.

Um grande obstáculo para a concretização da inclusão escolar é a avaliação, pois sistemas escolares que desenvolvem técnicas e recursos de avaliação idênticos para todos os alunos, visando contabilizar se o aluno aprendeu o que o professor lhe transmitiu.

A concepção inclusiva propõe que as avaliações sejam realizadas durante as aprendizagens, analisando o percurso do aluno no decorrer do tempo que o conhecimento está sendo adquirido, todo o progresso é registrado em um dossiê que constitui sua vida escolar. Para Mantoan (2003B, p. 72-73);

> Debates, pesquisas, registros escritos/falados, observação, vivências são alguns processos pedagógicos indicados para a realização das atividades escolares. Tais processos dependem dos conteúdos curriculares para esclarecer os assuntos em estudo, mas os conteúdos são sempre considerados como meios, e não como fins de ensino escolar.

Ao avaliar o professor deverá dar prioridade o desenvolvimento das competências pelo aluno, através de situações-problemas; em vez da repetição com o objetivo do aluno alcançar boas notas.

Mantoan propõe a descentralização da gestão administrativa, para que uma maior autonomia pedagógica, administrativa e financeira aconteça, pois o caráter controlador, fiscalizador e burocrático da gestão, terá então um teor pedagógico, participando de forma direta dos acontecimentos nas salas de aulas e em todos os ambientes educativos das escolas.

3. METODOLOGIA

3.1. Contextualização da Escola

A Escola Estadual de Ensino Fundamental escolhida para esta pesquisa pertence ao município de Caçapava do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

A Escola localiza-se na zona urbana central do município, seu alunado é de classe média baixa, em torno de 200 (duzentos) alunos; sendo a maioria dos pais, assalariados. Trinta por cento (30%) moram em casa própria. Trinta por cento (30%) dos pais possuem o Ensino Fundamental, vinte por cento (20%) o Ensino Médio e cinco por cento (5%) o Curso Superior.

O prédio da Escola é pequeno (480 m^2), onde apenas a estrutura externa é de alvenaria; as divisões internas, pisos e tetos são de madeira – bastante desgastadas pela ação do tempo e do uso. No momento, a Escola pediu uma avaliação, por um técnico responsável da Coordenadoria Regional de Educação – pois em algumas partes o prédio está ruindo.

A escola possui cinco salas de aula pequenas que, quando o número de alunos ultrapassa de vinte, fica quase inviável um trabalho de qualidade. Qualquer ruído em uma sala é ouvido por todas as turmas, não sendo possível qualquer atividade em que os alunos se movimentem.

Possui uma biblioteca que também é usada como sala de vídeo, uma cozinha/refeitório; uma sala de secretaria e a sala da direção. A sala dos professores/supervisão fica afastada do prédio da Escola.-

Possui três banheiros dos meninos e três das meninas, sendo que o banheiro dos professores é junto com o das meninas.

Quatro salas de aula e o banheiro dos meninos ficam com as portas para o lado leste e o restante das salas ficam com as portas para o oeste, não tendo corredor, nem cobertura que faça a ligação entre os setores. Nos dias de chuva para os alunos irem para o refeitório ou para o banheiro vão na chuva e, também não é possível o recreio.

Para o acesso de um lado para outro da Escola, bem como nas portas das salas de aula, é preciso ultrapassar obstáculos como: degraus, pilares, partes em desníveis, tornando impossível o acesso de um cadeirante ou alguma pessoa com dificuldades físicas que dificulte o movimento de caminhar. Os banheiros têm corredores de acesso estreitos e o espaço dentro do banheiro é minúsculo, cabendo somente uma pessoa.

O pátio é amplo, com grama comum e em desnível, alguns lugares com britas, não possuindo nenhuma área própria para a prática de atividades físicas. Para chegar até a Escola é preciso caminhar sobre barro, gramas ou pequenas pedrinhas.

Quando a Escola desenvolve alguma atividade extraclasse, precisa ser no pátio ou arrumar emprestado o salão de outras escolas.

O Projeto Político-Pedagógico (2001) relata que a participação dos pais junto a Escola de modo geral é pequena, pois estes alegam e justificam que é o horário de trabalho deles e também fala da dificuldade de chamamento, pois não há um espaço físico com tamanho suficiente para reuniões, palestras e mostra dos trabalhos dos alunos.

A escola adota o regime seriado anual, com carga horária de no mínimo oitocentas horas, distribuídas em duzentos dias letivos de efetivo trabalho escolar.

As atividades são exercidas em dois turnos: manhã e tarde. No turno da manhã – Educação Infantil B e Ensino Fundamental de primeira a quarta série. No turno da tarde, o nível A da Educação Infantil, duas turmas de primeira série, uma turma de segunda e outra de terceira série, com quatro horas diárias de atividades.

O ano letivo é organizado em bimestres e o calendário escolar organizado segundo as normas da entidade mantenedora. A rematrícula é feita automaticamente na Escola, com inscrições no Ensino Fundamental, que vão para a Coordenadoria Regional de Educação. Na Educação Infantil as inscrições são analisadas na Escola, pelo Conselho escolar e selecionados em ordem decrescente da data de nascimento.

Segundo o Projeto Político-Pedagógico (2001), o conselho de classe é participativo, num primeiro momento: o professor e coordenação pedagógica e; depois alunos/pais/professores/coordenação pedagógica conversam sobre os alunos, podendo concordar ou discordar do que foi dito, justificando determinadas situações.

Conforme o Projeto Político-Pedagógico (2001), a avaliação é um processo contínuo e formativo que visa fornecer um acompanhamento permanente do desempenho do aluno, mediante a utilização de diversos recursos. A retomada constante no processo de avaliação – estudos de recuperação, são realizados durante o desenvolvimento das situações de ensino-aprendizagem, mediante acompanhamento contínuo do aproveitamento do aluno, a quem é oferecido novas oportunidades de aprendizagem durante o bimestre, tais como: trabalho mais individualizado, exercício extraclasse para casa, monitoria entre os alunos, trabalhos em pequenos e grandes grupos, correção de testes com a finalidade de criar uma nova mentalidade de avaliação, testes e provas, atividades extras que são devidamente registradas no diário de classe, utilizado como instrumento de avaliação.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2001) são oferecidas várias oportunidades a fim de corrigir desvios, suprimir ou reduzir falhas. Os

registros dos estudos de recuperação paralela são feitos ao longo dos bimestres, em folha própria no Diário de Classe.

As diversificações dos instrumentos utilizadas na recuperação paralela, permitem analisar e diagnosticar os comportamentos, as possíveis falhas evidenciadas pelos alunos, procurando atribuir uma qualidade ao aprendido, de acordo com os padrões estabelecidos.

No decorrer do bimestre o aluno deve alcançar um mínimo de pontos, devendo somar sessenta (60) pontos no final do ano letivo para obter a aprovação. Essa avaliação é realizada dessa maneira de primeira a quarta série. A avaliação do pré-escolar é por meio de parecer descritivo.

Nos fundamentos filosóficos do Projeto Político-Pedagógico é citado Paulo Freire, quando este nos fala na necessidade de formarmos alunos conscientes, críticos e mais racionais. Aponta Vigotsky, quando se refere na importância da socialização, a aprendizagem com o outro, trabalhar na interação com o grupo.

Coloca também da importância do professor conhecer e entender a realidade dos alunos. Utilizando uma pedagogia participativa, desenvolvendo no aluno suas potencialidades para que atinja a auto-realização através de uma profissão e do exercício da cidadania.

Aborda também que o papel do professor (educador) é de mediador "privilegiado na formação do conhecimento", desenvolvendo a sua prática pedagógica numa mescla entre o tradicional e o construtivismo.

Quanto aos fundamentos pedagógicos, o Projeto Político-Pedagógico é muito superficial, pois traz uma teoria bastante rebuscada, mas não traça objetivos de como a escola deve desenvolver sua prática-pedagógica - seu currículo. Fala em formar indivíduos que interajam socialmente, buscando uma sociedade mais justa e humana. E para isso, a escola leva em conta as características, a história de vida, origem, linguagem, hábitos, costumes e valores de cada aluno, trabalhando a individualidade dentro do coletivo.

Quando refere-se a metodologia, o Projeto Político-Pedagógico relata que o trabalho é desenvolvido dentro de uma metodologia em que são

considerados o planejamento, o tempo e o espaço, bem como várias formas de exploração, de maneira a motivar o aluno, estimulando-o nos seus aspectos: afetivos, intelectual, psicomotor, lingüístico a fim de alcançar o conhecimento, uma vez que a maioria de nossos professores utiliza-se de uma mescla entre o tradicional e o construtivismo.

3.2 Caracterização da Pesquisa

O desafio da pesquisa educacional é tentar entender e captar a realidade dinâmica, mutante e complexa, dentro de cada momento histórico.

Conforme Lüdke & André (1986, p. 5) “cada vez mais se entende o fenômeno educacional como situado dentro de um contexto social, por sua vez inserido em uma realidade histórica, que sofre toda uma série de determinações”.

Todo o estudo educacional tem sua importância e utilidade quando aplicado dentro de seus limites naturais, pois toda pesquisa vincula pensamento e ação e precisa ser um problema da vida prática, relacionando interesses e circunstancias sociais.

Minayo (1994, p. 13) reforça a idéia de pesquisa social dizendo:

> [...] as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social.

Portanto, o presente estudo tem por objetivo desenvolver uma pesquisa. A análise qualitativa descritiva do tipo descritiva, com característica de

estudo de caso e análise qualitativa propõe a compreensão da realidade rica em dados descritivos, num plano aberto e flexível e focalizando a realidade dentro do seu contexto e de forma global.

O principal objetivo de um estudo de caso é levar em conta o contexto em que o objeto de estudo situa-se. Cabe ao pesquisador desvendar as múltiplas situações ou problemas, focalizando-os como um todo. Para isso, o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com diferentes tipos de informantes.

Assim o pesquisador poderá cruzar informações, descobrir novos dados e levantar hipóteses alternativas.

Lüdke & André (1986, p. 4) vem confirmar essas idéias, dizendo que:

> Os fatos, os dados não se revelam gratuita e diretamente aos olhos do pesquisador. Nem este as enfrenta desarmado de todos os seus princípios e pressuposições. Ao contrário, é a partir da interrogação que ele faz os dados, baseada em tudo o que ele conhece do assunto – portanto, em toda a teoria acumulada a respeito, que se vai construir o conhecimento sobre o fato pesquisado.

O pesquisador deve servir de meio ativo e inteligente entre o conhecimento acumulado na área e as novas evidencias que surgirão a partir da pesquisa desenvolvida. É por meio do trabalho como pesquisador que o conhecimento sobre o assunto vai surgir, carregados de detalhes determinados pela visão do pesquisador.

Para Lüdke & André (1986, p. 5):

> Não há, portanto, possibilidade de se estabelecer uma separação nítida e asséptica entre o pesquisador e o que ele estuda e também os resultados do que ele estuda. Ele não se abriga, como se queria anteriormente, em uma posição de neutralidade científica, pois está implicado necessariamente nos fenômenos que conhece e nas conseqüências desse conhecimento que ajudou a estabelecer.

O pesquisador procura relatar as suas experiências durante o estudo de modo que o leitor possa fazer as suas generalizações naturalísticas, confrontando dados do estudo com as suas experiências pessoais.

O relato escrito será apresentado em um estilo informal, narrativo, ilustrado por figuras de linguagem, citações, exemplos e descrições.

O estudo de caso procura representar os diferentes e conflitantes pontos de vista presentes numa situação social. Pois a situação estudada pode trazer á tona diferentes opiniões, e o pesquisador deve procurar trazer para o estudo todas as divergências e colocando seu próprio ponto de vista sobre a questão. Sendo assim, os usuários do estudo irão tirar suas conclusões sobre os aspectos contraditórios.

O pressuposto que fundamenta essa orientação é o de que a realidade pode ser vista sob diferentes aspectos, não havendo uma única verdade. Assim existem vários elementos para que o leitor chegue as suas próprias conclusões e decisões e observe as conclusões do observador.

O caso é construído durante o processo de estudo, ele só se materializa enquanto caso no relatório final, onde fica evidente se ele se constitui realmente num estudo de caso.

O estudo de caso visa a descoberta, pois mesmo que o investigador parta de pressupostos teóricos, deverá manter-se atento a novos elementos que poderão aparecer. O pesquisador estará sempre buscando novas respostas e novas perguntas no desenvolvimento de seu trabalho.

Desenvolvemos a pesquisa relacionando o referencial bibliográfico com dados obtidos na escola, por meio de entrevistas previamente elaboradas e, respondidas pessoalmente pelos entrevistados de forma escrita – professores regentes de turma com alunos incluídos com deficiência, buscando analisar as práticas pedagógicas efetivadas no interior das salas de aula e como os professores percebem e trabalham a inclusão e o que o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento propõem para a inclusão. O número de professores participantes foi dez.

A entrevista constou de oito perguntas abertas propiciando que os entrevistados manifestassem seus posicionamentos sobre inclusão e práticas pedagógicas, respeitando-se o tempo de que eles necessitam e o ritmo de cada um. A coleta foi feita em outubro do ano de 2005.

Em se tratando de um estudo de caso, os documentos avançam à medida que se consegue estabelecer relações significativas na prática, a luz de um referencial teórico, num vai-e-vem contínuo no processo permanente de reestruturação dos dados coletados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise do contexto escolar, entrevistamos os professores regentes de classe do Ensino Fundamental, totalizando dez entrevistados.

A entrevista foi realizada pessoalmente pelo pesquisador, a fim de observamos todos os detalhes e gestos dos entrevistados. A partir da entrevista pré-elaborada (em anexo), foi desenvolvendo-se os questionamentos, sempre que uma resposta não ficava clara, o entrevistador pedia esclarecimento.

No entanto, durante a entrevista notamos que os professores respondiam com respostas curtas, sem muitos detalhes, com medo de responder “errado”.

Os professores quando questionados o que para eles era educação inclusiva, a maioria respondeu que educação inclusiva é uma educação que abrange todos os alunos, respeitando suas diferenças sejam elas de raça, cor, etnia, características físicas, mentais. Não somente do deficiente, mas também aquele que não apresenta deficiência física, mas com problemas de aprendizagem e problemas com a família, que geralmente é mal estruturada.

Segundo eles, é preciso o envolvimento do professor, tendo um olhar direcionado para as particularidades de cada aluno, aceitando todos os tipos de dificuldades em relação à aprendizagem.

Um professor disse: “é a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais em salas de aula comuns”.

Dois deles caracterizam a educação inclusiva com “algo que vale a pena, mas na prática não está sendo possível desenvolve-la, pois a Escola não tem espaço físico”.

Os professores ao falarem em educação inclusiva, a maioria deixou claro ter conhecimento sobre o que é, principalmente quando consideram que é preciso respeitar as diferenças. No entanto, fica vaga a idéia quando dizem “aceitando todos os tipos de dificuldades”, pois não sabemos como aceitam e não basta apenas aceitar as dificuldades, é preciso aprender a trabalhar e tirar proveito da diversidade em forma de aprendizagens significativas para todos os alunos.

O professor que deu conceito à educação inclusiva, deixa transparecer que não pretende se colocar pessoalmente na questão.

Quando os professores dizem que seria bom uma escola inclusiva, mas a escola não tem espaço físico, nesse momento estão anulando qualquer possibilidade de desestruturar seu tempo ou sua prática pedagógica em função da inclusão.

Os professores quando questionados se a educação inclusiva é possível na escola, 5 (cinco) professores acreditam que a educação inclusiva seja possível na Escola e reforçam dizendo: “não somente os alunos com problemas físicos, mas os que têm uma aprendizagem lenta”. Dizem que qualquer escola tem condições de receber e trabalhar as diferenças, embora precise de adaptações físicas e engajamento de todos os segmentos da escola, não somente do professor, pois segundo eles, o professor tem limitações para tratar as diferenças em sala de aula, devido a forma como o currículo está estruturado – turmas seriadas e avaliação por notas.

Alguns professores pensam que educação inclusiva na escola é difícil, mas é possível, desde que haja mudanças, principalmente no espaço físico e tendo pessoas qualificadas para atender essas necessidades. Colocam que a escola esta engatinhando em relação à inclusão, pois é algo relativamente novo, com o tempo as pessoas vão se preparar melhor, já que na formação não tiveram disciplinas que abordassem o tema.

Dois professores acreditam que não seja possível uma educação inclusiva, porque a estrutura física não está adequada para receber a criança com necessidades educacionais especiais. E, falta o comprometimento dos professores, funcionários e coordenação pedagógica. Além disso, segundo eles, as pessoas têm dificuldades em conviver e trabalhar com as diferenças.

Os professores quando dizem que qualquer escola tem condições de receber e trabalhar as diferenças, mas é preciso espaço físico e engajamento; realmente tem razão, pois na referida escola nota-se que os professores não têm reuniões de estudos, trocas de experiências, definição dos objetivos. Percebemos que cada professor desenvolve sua prática educativa da maneira que sabe e considera melhor. Quanto ao espaço físico, torna-se quase inviável a escola ter em seu corpo discente uma aluna cadeirante, por exemplo, pelo difícil acesso à escola e a todas as salas.

Quando os professores falam nas limitações em função das turmas seriadas e avaliações por meio de notas, sabemos que para que uma educação inclusiva aconteça é necessário mudar as formas de avaliações, deixar de avaliar de forma homogênea todos os alunos, e mudar a forma de estruturarem as turmas, é preciso levar em conta a idade cronológica dos alunos.

Os professores ao dizerem que as pessoas têm dificuldades em aceitar as diferenças, acreditamos que pelo histórico da educação das pessoas com deficiência, muitas pessoas não sabem como conviver com essas pessoas de forma positiva, o que torna pior o conflito interior dos professores. As crianças/alunos como são espontâneas, sem pré-conceitos elaborados, aceitam melhor e convivem naturalmente com a deficiência. Se, no entanto os adultos não lhe passaram conceitos discriminatórios sobre as deficiências.

Quando questionados se participaram da elaboração do Projeto Político-Pedagógico e se nesse tem alguma proposta visando a inclusão, cinco (5) dos professores entrevistados não participaram da elaboração do Projeto Político-Pedagógico. Os entrevistados ficaram em dúvida ao responder se o Projeto Político-Pedagógico tem alguma proposta que vise a inclusão, pois a maioria deles deixou claro que não conheciam o texto do Projeto. Relataram,

três deles, que no projeto não consta uma proposta visando a inclusão, tendo em vista que esse foi elaborado a mais tempo.

Quando questionados se já procuraram algum referencial teórico ou participaram de curso de formação continuada que abordassem o tema da inclusão e quais eram esses cursos, três (3) professores relataram que nunca buscaram referencial ou cursos que abordassem o tema da inclusão. Um deles disse que procurou referencial teórico, pois teve uma aluna com paralisia cerebral e buscou informações sobre essa deficiência.

Seis (6) professores buscaram livros e fizeram seminários, cursos, e disciplinas na graduação e pós-graduação que abordavam o tema. Na medida que conheceram sobre inclusão, mudaram suas concepções.

Notamos que os que professores que procuraram conhecimentos foi por terem se deparado com alunos com deficiência em suas salas de aula ou tiveram disciplinas que estavam no programa de seus cursos. Reconhecemos que no momento que os professores tem conhecimento sobre o assunto, começam a pensar que talvez fosse um caminho para melhorar a educação.

Os professores quando indagados que mudanças precisariam ser feitas na Escola para haver uma educação inclusiva, dizem que em primeiro lugar, é preciso o envolvimento e comprometimento de todos os segmentos escolares – com conscientização e preparação do corpo docente, pois estes necessitam mudar a mentalidade, sendo preciso uma mudança interna do professor e principalmente em toda a estrutura pedagógica da Escola.

Os professores deveriam ter uma “base” em conhecimentos para receber e trabalhar as crianças e suas diferenças. Faz-se necessário um pessoal qualificado para trabalhar com as deficiências.

Um entrevistado acredita que existe uma boa vontade dos professores em colocar em prática o desafio da inclusão.

Sete (7) dos entrevistados acreditam, que antes de se pensar em inclusão, faz-se necessário uma reestruturação total no prédio da escola, pois o mesmo torna inviável o trabalho com alunos sem deficiências, quem dirá com deficiências.

O primeiro passo para uma educação inclusiva é o envolvimento de todos os segmentos escolares, principalmente dos professores e equipe pedagógica, pois depende deles darem o primeiro passo em relação a uma verdadeira inclusão. E, para que isso aconteça, faz-se necessário o comprometimento dos professores buscando conhecimento teórico sobre o tema, pois somente a partir de um conhecimento profundo e sistemático e possível se pensar em mudanças na prática. Além disso, faz-se necessário o envolvimento do Governo e secretarias de educação fornecendo recursos e cursos de formação para os professores obterem um conhecimento prático e teórico para conhecer e ter como trabalhar realmente com as necessidades educacionais especiais em sala de aula.

Quando questionados se estavam preparados para a inclusão de alunos com deficiência, todos foram incisivos ao responder que não se sentem preparados, mas acreditam que estão buscando conhecimentos, consideram que no momento que tiver um aluno com deficiência, vão procurar material que possa dar subsídios teóricos para desenvolver a sua prática pedagógica. E dizem que embora leiam sobre o tema, sentem-se limitadas com relação à forma de atuar e tratá-los, e, que a inclusão vai depender da deficiência.

Alguns acreditam que pela formação sentem-se preparados para a inclusão, mas a estrutura do ambiente escolar não permite. Um professor diz que tem formação para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, mas em sala especial. Portanto, para ele, inclusão é uma coisa nova, só tendo um aluno com deficiência incluído para saber. Mas, dependendo do caso, ele é contra, pois acredita que exclui mais, pois, por mais boa vontade que o professor tenha, tem atividades que o aluno com deficiência não irá conseguir realizar.

Apenas um professor, disse que apesar do medo e de não se sentir preparado, acredita que com a inclusão irá crescer como profissional e pessoa.

Acreditamos que da forma como a escola está estruturada, de como desenvolve o seu currículo, nenhum professor sente-se preparado para trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Percebemos que o que está acontecendo na referida escola talvez podemos chamar de integração.

Para desenvolverem suas práticas pedagógicas, visando atender as diferenças em sala de aula, os professores relataram que procuram trabalhar as diferenças em todos os momentos, levando os alunos a perceberem que as diferenças são externas. Procuram proporcionar atividades variadas e diferenciadas, com explicações individuais, trabalhos extraclasse, com projetos que visam trabalhar as diferenças por meio de atividades realizadas por todos os alunos, incentivando-os e levando-os a acreditarem em suas capacidades em aprender. Procuram profissionais especializados como psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas, oculistas para os alunos que precisam.

Um professor acredita que é difícil, pois é preciso ter uma visão mais ampla sobre educação e entender que não existe, ou é raro, o aluno que não traz problemas de casa. O professor precisa descobrir esses problemas e fazer um resgate principalmente de valores.

Um professor diz: “Os professores são comprometidos com a educação, buscando em suas práticas pedagógicas desenvolver o aluno como um todo, não somente em torno de aprendizagens cognitivas, as aprendizagens significativas para os alunos”.

Os entrevistados colocaram que os aspectos positivos das suas práticas pedagógicas, são aulas onde os alunos interagem e dão suas opiniões, tem valores como responsabilidade, amizade, valores esses que a escola procura vivenciar. Também salientaram os progressos nos conhecimentos pelos alunos, tantos pessoais/sociais, como em aprendizagens. Comentaram que as turmas são unidas, aceitando as diferenças individuais.

Por a escola ser pequena e com poucos alunos o número de alunos por sala varia de 15 (quinze) a 27 (vinte e sete), o professor regente de classe conhece o aluno e sabe respeitar as diferenças de cada um. Portanto, o professor acredita e estimula o aluno com relação ao seu próprio conhecimento.

A Escola procura atender, dentro do possível, as necessidades e pedidos em relação a materiais feitos pelo professor. Na escola, o professor tem liberdade para elaborar projetos. Os professores dizem que gostam do que fazem e que buscam atualização constante.

Percebemos que os professores, por conviverem com os alunos por um tempo relativamente grande e atenderem apenas uma turma por turno, tem uma sensibilidade bastante aguçada e um conhecimento real da vida de cada aluno. E por turmas serem pequenas permitem um entrosamento entre professor/alunos e entre os alunos. E com isso, os professores gostam muito do que fazem e todos falam com muito entusiasmos das aprendizagens que os alunos fazem.

Em relação aos aspectos negativos da prática pedagógica, os professores citaram: a falta de recursos diferenciados como, materiais concretos, material de educação física, jogos, brinquedos, espaço físico adequado, material didático.

Um professor relatou: “sempre temos algo a melhorar na nossa prática pedagógica e busco sempre o melhor para a turma, com atividades significativas, do interesse de todos. Algumas coisas são difíceis de realizar pela falta de material”.

Falam dos aspectos negativos, que com raras exceções, são as mesmas em todas as escolas. Com o agravante que a referida Escola por ser pequena e com poucos alunos não tem uma atenção especial da mantenedora. Além disso, a maioria dos pais tem trabalhos com horários rígidos e deixam seus filhos na Escola para trabalharem, tornando difícil o acompanhamento da vida escolar de seus filhos, tanto na escola como em casa.

O espaço físico é salientado por todos os professores, pois as salas de aulas não permitem atividades com movimentos, colocando em risco a estrutura da escola. As turmas, têm alunos com diferenças de idades que chegam a oito anos, o que torna o trabalho desgastante, pois o que é de interesse para uns, torna-se totalmente desinteressante para os que tem outra idade. Percebemos que a coordenação pedagógica não tem uma linha de ação, cada membro

pensa e age do seu jeito, de acordo com suas convicções, o que torna mais difícil em se pensar em uma educação inclusiva.

Sabemos que vários pontos precisam ser revistos, analisados, reconstruídos na referida Escola, para que um processo de inclusão seja possível. Mas, quando falamos em educação, estamos falando em seres humanos, e todas as ações voltadas para a formação de alunos mais felizes, com melhores conhecimentos cognitivos e sociais valem o tempo investido, as discussões, as reformulações, as incertezas e o medo do novo.

Acreditamos que a base principal a Escola tem, pois todos os professores demonstraram interesse em conhecer e experimentar o novo: a inclusão. É preciso agora, que a vontade se transforme em necessidade de busca de referenciais sobre o tema e depois colocar tudo em prática, transformando a escola em todos os sentidos, com a participação efetiva e convicta de todos os envolvidos principalmente as secretarias de educação, que tenha como princípio do seu processo educativo a diversidade humana.

5. CONCLUSÕES

Ao finalizarmos este trabalho, temos a compreensão que estamos longe de uma escola inclusiva, uma vez que a inclusão implica uma reestruturação significativa e prática da escola, e da sua proposta curricular, mudanças estas que envolve todos os segmentos da comunidade escolar; transformando a escola em um local de aprendizagens significativas com ensino de qualidade, tendo as diferenças como ponto de partida na construção do conhecimento.

Sabemos que o trabalho dos profissionais da educação não é suficiente para a inclusão, se a sociedade não se preparar para receber as pessoas com deficiência, ou seja, não podemos ser ingênuos a ponto de acreditar que uma lei resolve a questão.

Existe uma diferença entre integração escolar – que significa a inserção da pessoa com necessidades educacionais especiais que tem condições para acompanhar o ensino; e a inclusão escolar – que significa modificar a escola como pré-requisito para que a pessoa com necessidades educacionais especiais seja incluída plenamente na escola. Para tanto, carece do apoio intensivo do governo para que a escola tenha recursos suficientes para promover as mudanças necessárias que emergem do processo de inclusão, desde o espaço físico, questão bem pontuada pelos professores na entrevista, a formação continuada dos professores.

O fato desta Escola ter uma aluna com paralisia cerebral integrada ao seu corpo discente, é preciso um enorme esforço físico dos professores e funcionários que erguem a cadeira nos braços para vencer as barreiras arquitetônicas que tem em todas as entradas de acesso a qualquer parte da escola, bem como no banheiro, pois a cadeira fica na porta e é preciso levar a aluna nos braços até o vaso sanitário, visto que os banheiros não são adaptados e o corredor não permite a passagem da cadeira de rodas. Frente a essa situação, a escola não procurou reformular o seu Projeto Político-Pedagógico visando uma proposta que tratasse da inclusão escolar, pois a aluna com paralisia cerebral e outros casos fazem parte do corpo discente há mais de três anos, sendo um tempo suficiente para que algumas propostas inovadoras fossem discutidas e feitas na Escola..

Percebemos que muitos professores acreditam que a Escola está incluindo. Mas, o que na verdade acontece é integração, já que nada foi pensado ou modificado no currículo da Escola visando receber e trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais.

Notamos que os professores da Escola têm interesse pelo tema inclusão, embora muitos deles não tenham buscado um conhecimento teórico sobre o assunto. Mas a “inclusão” continua tendo opiniões contrárias, até porque os professores trocam terminologias e conceitos, o que faz aumentar a confusão frente a esse novo paradigma da educação.

Embora o espaço físico da Escola seja inadequado, acreditamos que é possível uma educação inclusiva. É uma longa caminhada, e para começar a coordenação pedagógica dessa escola deveria buscar subsídios teóricos que abordassem o tema e propor aos professores leituras individuais, um segundo momento seriam colocadas em discussão em reuniões pedagógicas. Partindo desse momento para a reconstrução do Projeto Político-Pedagógico, visando colocar em prática uma proposta realmente inclusiva, a começar por mudar a avaliação – que na escola é por escala de valores e com testes individuais escritos desde a primeira série e, também as turmas que são formadas por seriação, não levando em conta a idade cronológica, nem os interesses dos

alunos. Com o projeto reformulado, seria preciso buscar recursos junto à mantenedora para a reforma do espaço físico e de outras necessidades para a escola em questão.

Mas sabemos, que para que as mudanças aconteçam demanda do engajamento e comprometimento de todos os segmentos da escola, que são a mola mestra de todo o processo educacional.

Acreditamos que os professores devem desenvolver investigações na prática educacional, buscando desta forma, contribuir com a transformação da realidade. O diálogo no espaço educativo (sala de aula), é um dos fatores que permite vivenciar, discutir e refletir, abrindo possibilidade de uma educação não livresca e descobrindo o potencial do planejamento participativo, enquanto etapa de investigação – ação educacional.

A transformação da prática educacional, contribui para uma melhora em todo processo educativo, alterando a concepção dos professores como transmissores do conhecimento, levando-os a vivenciarem situação de serem investigadores ativos-críticos do seu trabalho.

Na educação inclusiva todos os profissionais da Escola devem acreditar na possibilidade de sucesso de todos os alunos e devem responsabilizarem-se pelos resultados que esses obtém em termos de aprendizagens.

A inclusão exige a formação de uma comunidade escolar ativa, para que as práticas sejam repensadas, pois a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares exige que se reconsiderem todos os aspectos do processo de ensino-aprendizagem.

Concluímos este trabalho com a certeza que com o comprometimento de todos os envolvidos com a educação, a inclusão é possível sim, pois toda pessoa é capaz, tem um potencial a ser desenvolvido, desde que respeitada a especificidade de cada uma, dada as condições necessárias, incluindo os professores e alunos e os demais envolvidos no processo educacional.

Ainda temos um longo caminho para a educação inclusiva, mas acreditamos que o modelo educacional brasileiro há muito tempo mostra sinais

de esgotamento, portanto surge o momento oportuno das transformações. E a inclusão vem como uma grande oportunidade para que alunos, pais e professores demonstrem suas competências e responsabilidades em relação à educação. Não deixando de citar o envolvimento dos governos (federal, Estadual e Municipal) em termos a Política Pública para a promoção e sustentação do processo de inclusão social, sendo a Escola um dos alicerces desse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMACHO, Orlando Terre. *Atenção à diversidade e Educação Especial*. IN STOBAUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño (orgs). **Educação Especial: em direção a Educação Inclusiva**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003. p. 9 – 14.

CARVALHO, Rosita. E. **Rompendo barreiras de aprendizagem. Educação inclusiva**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2000.

CAVALCANTE, Meire. Aparências diferentes? Talentos também. IN: **Revista Nova Escola**. Editora Abril, ed. 173, junho/julho 2004, p. 32.33.

CORREIA, Luís de Miranda. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Portugal: Porto Editora, 1997.

FONSECA, Vitor da. **Aprender a Aprender: a educabilidade cognitiva**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

_____. **Dificuldades de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FONSECA, Vitor da. Tendências futuras da Educação Inclusiva. IN STOBAUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño (orgs). **Educação Especial: em direção a Educação Inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 41 – 64.

GUIMARÃES, Arthur. Inclusão que funciona. In **Nova Escola**. Ano XVII, nº 165. setembro de 2003, p. 42 a 47.

JESUS, Saul Neves. MARTINS, Maria Helena. ALMEIDA, Ana Susana. **Da** Educação Especial à Escola Inclusiva IN STOBAUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño (orgs). **Educação Especial: em direção a Educação Inclusiva**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003. p. 65 - 82

JOVER, Ana. Inclusão: qualidade para todos**.** In **Nova Escola**. Ano XIV. Nº 123. junho de 1999. p. 8 a 17.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores?** Campinas: LEPED, s.d, 8 p. (mimeo).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão.** IN STOBAUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño (orgs). **Educação Especial: em direção a Educação Inclusiva**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003. p. 27 - 40. A

MANTOAN. Maria T. E**. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. p. 95.B

MARCHESI, Álvaro**.** A Prática das Escolas Inclusivas. IN RODRIGUES, David (org) **Educação e Diferença: Valores e Práticas para uma Educação Inclusiva**. Portugal: Ed Porto, 2001, p. 93 - 107.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DE ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA ROSA POGLIA BARBIERO. Caçapava do Sul: 2001 – Aprovado pela 13ª CRE.

RODRIGUES, David. A Educação e a Diferença. IN RODRIGUES, David (org) **Educação e Diferença: Valores e Práticas para uma Educação Inclusiva**. Portugal: Ed Porto, 2001, p. 13 – 31.

SASSAKI, Romeu Kazumi. ***Inclusão:*** **Construindo uma sociedade para todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, ÂNGELA Maria Costa (org). **A Criança Especial – Temas médicos, educativos e sociais**. São Paulo: Editora Atheneu, 1990.

STAINBACK.S. & STAINBACK. W. **Inclusão. Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Tradução por: Edílson Alkmim Cunha. Brasília: CORDE, 1994. 54p.

WARWICK, Cliff. O Apoio às Escolas Inclusivas IN RODRIGUES, David (org) **Educação e Diferença: Valores e Práticas para uma Educação Inclusiva**. Portugal: Ed Porto, 2001, p. 109 - 121.

REFERÊNCIAS

FABRICIO, N. C. E SOUZA, V. C. B. de. *A inclusão escolar e nossa realidade educacional*. www.pedagobrasil.com.br/pedagogia/ainclusãoescolar. Acesso em vinte e três de abril de 2004.

MICHELL, CRP e FISCHER, J. *Infância na creche: um olhar inclusivo*. www.tvebrasil.com/salto/boletins2004. Acesso em quinze de março de 2004.

8. ANEXO

ENTREVISTAS

1. Para você, o que é educação inclusiva?

_____

_____

2. Você acredita que uma educação inclusiva seja possível em sua escola? Por quê?

_____

_____

3. Você participou da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da sua Escola? Nesse, tem alguma proposta visando uma educação inclusiva?

_____

_____

4. Você já procurou algum referencial teórico ou participou de cursos de formação continuada que abordasse o tema da inclusão? Quais? Por quê?

_____

_____

5, Mudanças que precisariam ser feitas na Escola para haver uma educação inclusiva?

_____

_____

6. Como profissional você está preparado para a inclusão de alunos com deficiência em sala de aula?

_____

_____

7. Como você desenvolve a sua prática educativa visando atender as diferenças em sala de aula?

_____

_____

8. Qual os aspectos positivos e negativos da sua prática pedagógica?

_____

_____